

Um ato de desobediência: amefricanidade como elemento de descolonização epistêmica

Erica Paula Vasconcelos¹

Resumo

O objetivo do artigo é delinear a presença da colonialidade enraizada no campo epistêmico, focando na disciplina de Relações Internacionais, apontando a amefricanidade como elemento de descolonização. Para isso, emprega-se a amefricanidade como forma de desobediência epistêmica contra a colonialidade e assim romper com as estruturas do poder. Nesse sentido, o argumento do artigo é de que a colonialidade presente no campo teórico da disciplina reproduz ideologias hegemônicas do ocidente. De modo a desenvolver o seu argumento, o artigo está estruturado em três seções. A primeira seção aborda a perspectiva teórica sobre a colonialidade e como ela se conjuga dentro da Matriz Colonial do Poder (MCP). A segunda seção dialoga sobre como romper a rigidez colonial da disciplina através da desobediência epistêmica. A terceira coloca a amefricanidade, trazida por Lélia Gonzalez, como elemento em potencial para descolonizar a disciplina de Relações Internacionais. A análise crítica da colonialidade presente neste trabalho contribui com o debate de que no campo epistêmico há uma rigidez ocidental, demonstrando que é necessário pensar outros caminhos e diálogos para a descolonização das epistemologias e das comunidades acadêmicas.

Palavras-chave: Amefricanidade; Lélia Gonzalez; Colonialidade; Relações Internacionais; Descolonização.

An act of disobedience: amefricanity as an element of epistemic decolonization

Abstract

The objective of the article is to outline the presence of coloniality rooted in the epistemic field, focusing on the discipline of International Relations, pointing to Amefricanity as an element of decolonization. To this end, Amefricanity is used as form of epistemic disobedience against coloniality and thus breaking with the structures of power. In this sense, the article's argument is that the coloniality present in the theoretical field of the discipline reproduces hegemonic ideologies of the West. In order to develop its argument, the article is structured into three sections. The first section addresses the theoretical perspective on coloniality and how it is combined within the Colonial Matrix of Power (MCP). The second section talks about how to break the colonial rigidity of the discipline through epistemic disobedience. The third places Amefricanity, brought by Lélia Gonzalez, as potential element to decolonize the discipline of International Relations. The critical analysis of

¹ Doutoranda em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bolsista CNPq. Mestra em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI-UNILA). Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas (UNILA) e graduada em Relações Internacionais e no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1698626449272110>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>.

coloniality present in this work contributes to the debate that there is a Western rigidity in the epistemic field, demonstrating that it is necessary to think about other paths and dialogues for the decolonization of epistemologies and academic communities.

Keywords: Amefricanity; Lélia Gonzalez; Coloniality; International relations; Decolonization.

A história nos engana... Dizendo pelo contrário Até diz que a abolição...Aconteceu no mês de maio A prova dessa mentira...É que da miséria eu não saio Muitos tempos se passaram e o negro sempre a lutar Zumbi é nosso herói Zumbi é nosso herói, colega velho Foi ele quem mais lutou...Apesar de toda luta, colega velho Negro não se libertou! (Ladainha de Capoeira “Rei Zumbi de Palmares” do Mestre Moraes)

Introdução

A ladainha de capoeira do mestre Moraes nos faz refletir dois pontos, o primeiro é que vivemos em uma grande mentira, porque estamos há muito tempo acreditando, escrevendo e pesquisando mitologias e imaginários contados pelo ocidente e enraizados na educação brasileira como se fossem verdades únicas. E isso desencadeia problemas que vão desde o macro, por exemplo, temos a forte crença social na mitologia do Brasil ter sido descoberto pelos portugueses que nos salvaram trazendo a civilização. O grande problema nisso é justamente a reprodução e o cultivo do racismo contra os negros, afrodescendentes e os povos originários, seus modos de vida e suas culturas. O segundo ponto, é que no macro, esse problema se estende com continuação dessas mitologias nas academias científicas onde o conhecimento é produzido e registrado com artigos, livros, resenhas, dissertações, teses, etc. utilizando formas mais sofisticadas, como, por exemplo, os dados numéricos e as estatísticas que apontam como fator principal do não desenvolvimento do país devido à alta quantidade da população pobre, direcionando esses indicadores para a população preta periférica.

Dessa forma, o desafio deste artigo, de forma ampla e de nos tornar em desobedientes, no sentido de desobedecer às epistemologias ocidentais que reproduzem o colonialismo no campo do saber, seria como contar a história do “descobrimento” de trás para frente. Já o desafio central é neutralizar a nossa visão para caminharmos entre a crítica do engajamento da colonialidade e como ela opera no nível de matriz colonial do poder (MCP) no campo epistêmico. Entendendo, nesse sentido, que focamos na disciplina de Relações Internacionais por ser o campo voltado em analisar e discutir sobre as instituições, estado e a população global, e por sua vez, é criada sobre a lógica colonial e assim reproduz as discriminações sociais codificadas na raça, etnia que repousam nas noções de raça e racismo, sendo isso, em referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados.

Nesse sentido, esse artigo objetiva apontar a presença da colonialidade no campo epistêmico, focando na disciplina de Relações Internacionais, trazendo a amefricanidade como elemento de descolonização. Estando dividido em três seções, a primeira seção problematiza a operacionalização da colonialidade e sua evolução para a MCP. A segunda delinea a ideia de desobediência epistêmica como caminho de rompimento das narrativas ocidentais. A terceira aponta os caminhos propostos pela categoria política/cultural da amefricanidade, trazida por Lélia Gonzalez, para a descolonização das RI. Presume-se que são necessários desobedecer às epistemologias ocidentais amefricanizando as produções acadêmicas, principalmente a disciplina de Relações Internacionais, para que a produção

científica seja um campo que inclua outros saberes, cosmovisões, ancestralidades, saberes da terra, do quilombo e assim enfraqueça o tradicionalismo eurocêntrico, transcendendo a lógica meramente dualista, de complexidade, para produzir outras formas e caminhos de resistências e sobrevivência.

A performance da matriz colonial de poder (MCP) e do racismo na formação do conhecimento da modernidade

Esforçar-se por ser, ao mesmo tempo, europeu e negro requer algumas formas específicas de dupla consciência. Ao dizer isso, não pretendo sugerir que assumir uma ou ambas identidades inacabadas esvaziem necessariamente os recursos subjetivos de um determinado indivíduo. Entretanto, onde os discursos racistas, nacionalistas ou etnicamente absolutistas orquestram relações políticas adotivas e originais: a herança intelectual do Ocidente a partir do iluminismo (GILROY, 2001, p.33).

Este trecho destacado, foi retirado da obra intitulado ‘O antrântico negro’, neste paragrafo em específico, é levando uma forte crítica social em relação à condição social de racismo, violência, discriminação, desigualdades, que atinge exclusivamente o negro, e por isso, muitos destes nega sua descendência e seu fenótipo preferindo viver uma realidade branca de privilégios e blindagem dessa estrutura social. Porém, essa negação, desenvolve outras lógicas racistas, ainda mais violentas contra a própria comunidade negra, impedindo assim a eliminação e anulação do racismo. Além disso, a obra centraliza o nacionalismo cultural e o racismo como entes de fenômenos primordiais para o entendimento da lógica da modernidade.

A própria ideia do que é moderno, do que não é parte de um cenário de ficção criado pelo norte, essa ficção não só é imposta nos países atingidos pela colonização como também é universalizada. Essa modernidade é marcada pela existência de conexão entre teoria e prática, resultando na materialização dos elementos nacionalismo, político, colonização, escravidão com a lógica da ideia de raça superior e inferior, que se desenvolvem em um sistema de poder que dá sentido ao mundo político.

Segundo Mignolo (2019) a base inicial para o fomento do que ele nomeia por Matriz Colonial do Poder (MCP), pois, para ele, à colonialidade têm a necessidade de existir dentro de seu domínio (conhecer, sentir e crer), assim, nos faz acreditar na ontologia daquilo que as ficções universais do Atlântico Norte nos convenceram a aceitar como certo e verdadeiro (MIGNOLO, 2019). Por isso, os países são organizados e estruturados por esse norte (ocidente), sendo eles tido como "nacionais", já outros povos em incivilizados e bárbaros, por serem descendentes dos indígenas (nativos nascidos no Novo Mundo) (MIGNOLO, 2019). Essa ideia do outro, que não se encaixa nessa nacionalidade, foi implementada no surgimento Estado-nação e nas normativas do livro “Direitos do Homem e do Cidadão” (MIGNOLO, 2019).

Por isso, o modelo formado no governo do Estado-nação, o autor o considera como uma aberração da contemporaneidade, porque ela favorece os nacionais sobre os humanos, e assim, perpétua a lógica, de que os não nacionais são menos humanos, formando, como consequência disso, uma atmosfera global de racismo que se enraíza na formação, transformação e gerenciamento da MCP (MIGNOLO, 2019). Nesse

sentido, pontuar esses enclaves na disciplina de Relações internacionais (RI) nos direciona ao velho assunto sobre diferença/hierarquia racial, como destaca o autor Amitav Acharya (2022), que:

[...] a raça e o racismo têm sido parte da condição humana ao longo da história é uma questão de debate. Mas não há grande dúvida de que a emergência do racismo como base científica, lucrativa, ofensiva, geopolítica e normativa para a organização da ordem mundial só veio com o aumento do domínio global europeu, que começou no século XVI e se transformou na era da primazia americana após a Segunda Guerra Mundial. Império e escravidão não são novos nem únicos na Europa, mas a ligação simbiótica e de reforço mútuo entre império, escravidão e racismo é um produto é uma característica distinta da ordem mundial liderada pela Europa e/ou pelos EUA (ACHARYA, 2022, p. 22).

O racismo foi, e continua sendo, a base fundamental da ciência, economia, geopolítica, das Leis e das Normas, se desenvolvendo enquanto sustentação lucrativa para a conjuntura social, sendo que isso não é algo moderno, porém, foi através da Europa, que houve a ligação simbiótica reforçada pela expansão dos impérios, entre a raça escrava e a raça que deveria escravizar que torna o racismo como uma grande praga espalhada pela ordem mundial liderada pela Europa e/ou pelos EUA.

Boaventura Santos (2008), descreve a ligação intrínseca entre a raça como base econômica do sistema mundial, pois para ele, “no capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da raça e do gênero, as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito (SANTOS, 2008, p. 104). Ou seja, esse modelo econômico se desenvolve sob um modelo de classificação social que consiste na relação de exploração, dominação e conflito (SANTOS, 2008). Robert Bernasconi (2001) afirma que “embora alguma forma de crença racista tenha existido anteriormente, só quando os europeus utilizaram a raça para justificar o comércio de escravos e o colonialismo é que os conceitos modernos de raça e racismo foram inventados” (BERNASCONI, 2001, p. 22). Isso nos direciona a entender o comércio transatlântico de escravos que diferiu dos seus predecessores em vários aspectos, justamente o racismo como uma tecnologia trazida.

Como vimos anteriormente, a colonialidade é parte da MCP, que operacionaliza nos diferentes âmbitos do contexto social, político e econômico no sistema global (GROSFOGUEL 2007; MALDONADO-TORRES, 2007; BLANCO & DELGADO, 2019). Sendo controlado por essa matriz a economia, autoridades, recursos naturais, etc., pois, além da prática, ela atua também nos símbolos (MIGNOLO, 2010). Isso significa que a MCP também é um elemento que dá uma continuação as relações de poder, como braço desta, as questões de hierarquização entre as raça e a classe e como ferramenta do racismo, ambos processos operacionalizam nas RI, como aponta Mignolo (2000):

[...] os elementos necessários à manutenção da matriz de poder colonial são: (1) a (re)classificação de toda a população global; (2) uma estrutura institucional funcional para articular e administrar tais classificações (aparelho estatal, universidades, igreja, etc.); (3) 'a definição de espaços adequados a tais objetivos'; e (4) 'uma perspectiva epistemológica a partir da qual articular o sentido e o perfil da nova matriz de poder e a partir da qual a nova produção de conhecimento possa ser canalizada. (MIGNOLO, 2000, p. 17)

Nesse sentido, os elementos discriminados como necessário para manutenção da MCP são os mesmo que compõem o corpo teórico e prático da disciplina de RI, por exemplo, na conferência de Westfália houve uma reclassificação da população global a partir da divisão, entre os países europeus, para a execução do plano de expansão dos seus impérios, isso foi a comprovação da prática da MCP. Já com a ficção da modernidade essa reclassificação desencadeou instituições (universidades, igrejas, etc.) para fazer parte do corpo estatal, sendo que a MCP continua na manutenção desse poder verticalizado que surge da colonização e se desenvolve na contemporaneidade.

Por isso, tanto as instituições, o próprio Estado, quanto a população global, estão sobre a manipulação da MCP, que perpetuam relações coloniais, e assim produzem as discriminações sociais codificadas na raça, etnia, na forma antropológica ou nacionais que são modeladas conforme o tempo específico, que repousa nas noções de raça e racismo (MIGNOLO, 2000). Ou seja, essa ideia de raça foi “originada em referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, concebida com a 'categoria social de 'raça' como elemento chave da classificação social de colonizados e colonizadores” (MIGNOLO, 2000, p. 20).

Portanto, a colonialidade baseia-se na 'codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de 'raça', uma estrutura biológica supostamente diferente que coloca uns numa situação natural de inferioridade aos outros (QUIJANO, 2000; MALDONADO-TORRES, 2007; BLANCO & DELGADO, 2019). Nesse ponto não podemos exprimir outro relato melhor que denota tal ligação entre ambos os contextos, a partir disso, podemos detectar que o campo das RI, especialmente em termos de construções de teorias. Dessa forma, os fenômenos internacionais, contabilizando nos últimos 200 anos, boa parte deles são atravessados por questões raciais, desde o imperialismo e a colonização, as duas Guerras Mundiais, movimentos de autoafirmação e independência, o tratado de Vestefália, a guerra ao terror e, mais recentemente, o avanço da extrema-direita no mundo e a pandemia do Covid-19.

Assim, Zucatto (2021) afirma que as relações raciais, nas RI, sempre foram o centro da política internacional, pois, a maioria dos fenômenos internacionais em voga atualmente possuem uma dimensão racial e racista muito evidente, como exemplo temos o contexto das “migrações, meio ambiente, novas tecnologias securitárias, uso de drones, intervenções humanitárias, missões de paz e reconstruções pós-guerra, avanço da extrema-direita no mundo, e assim por diante” (ZUCATTO, 2021, p. 07). É interessante mencionar, que neste primeiro momento de construção da disciplina, também, a centralidade dos pesquisadores e filósofos estava voltada para as pesquisas sobre imperialismo e as questões de guerra e paz.

Du Bois (1925), reitera, a partir das experiências dos africanos escravizados na América do Norte e os impactos da luta por libertação, argumentou que o problema da política internacional é o problema da linha de cor global, que divide as raças mais escuras e as mais claras (DU BOIS, 1925). Apesar da expressão ‘linha de cor’ ter sido cunhado por Frederick Douglass para explicar sobre a gramática de reconstrução do sul dos Estados Unidos depois da proclamação da emancipação. Du Bois utiliza este termo com uma reformulação no seu sentido voltado para pensar a ordem mundial, colocando raça e o racismo como princípios organizacionais da estrutura do sistema internacional no âmbito político (AUTOR, 2023; ZUCATTO, 2021).

Nesse sentido, percebemos que a colonialidade estava e está presente nas relações de poder, principalmente quando colocamos em pauta a construção discursiva que permeia as práticas políticas dentro das relações internacionais. E para o debate e ruptura desses paradigmas da colonialidade e na



tentativa de descolonizar as RI a partir das perspectivas da amefricanidade. Na seção seguinte destacamos os diálogos com manifestos contra a colonialidade nas RI, que são chamados de críticos decoloniais e também a corrente política/cultural da amefricanidade, cunhada por Lélia Gonzalez para pensar em fatores de descolonização desta disciplina. De fato, essa mobilização acadêmica serve para retrair os paradoxos de riscos de uma determinada colonização intelectual, assim, estes pesquisadores decoloniais lançaram bases para interpretações da realidade a partir das experiências da América Latina no contexto histórico sob a dominação europeia.

A desobediência epistêmica enquanto elemento contra as narrativas impostas pelo ocidente

La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/ modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial. (QUIJANO, 2000, p. 350)

A desobediência epistêmica se inscreve como produto que se movimenta contra as narrativas, formas, conhecimentos e estruturas imposta pelo ocidente, ou seja, precisamos desse elemento para iniciar o movimento de descolonização do campo do conhecimento e suas epistemologias e, caso contrário permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocêtricos. Que estão enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases. (QUIJANO, 2000). Para o autor tomar essa decisão nós faremos capacitados a ultrapassar as ideologias dos limites do marxismo, freudismo, lacanismo, foucauldianismo, da Escola de Frankfurt, incluindo um pensador fundamentado na história dos judeus e da língua alemã tão esplêndido quanto Walter Benjamin.

Nesse sentido, o autor propõe pensarmos a decolonialidade como uma desobediência da episteme, justamente por ela trazer para o centro dos debates os não europeus, agindo também como um sentido de coexistir, como apontado anteriormente pelo Quijano. Em concordância com esse pensamento, a opinião de Fernando Fonseca (2021), às narrativas da colonização dos povos, criticando uma possível teoria de outro autor na parte que o colonizador foi considerado como o “salvador” e construtor da civilização, que chega às Américas. Em seguida, ele critica que este sendo “homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu”, chega criando hierarquias entre as etnias, também foi o mesmo que estruturou as sociedades sob divisões (FONSECA, 2021, p. 25).

Nesse sentido, já estaria manifestando o sentido do que seria decolonialidade, pois em uma frase, o autor aponta algumas problemáticas que o período colonial desencadeou na formação da América Latina, e essa herança maldita está se perpetuando na contemporaneidade que é a colonialidade do poder. Que o Mignolo (2017), vai afirma ser a colonialidade o lado mais escuro da



modernidade (está sendo uma associativa para a contemporaneidade), o que discordo com o autor apenas no termo “escuro” (MIGNOLO, 2017), pois somos nós escuros, pretos, negros que sofremos nas senzalas enquanto os brancos disputavam poder e escravizavam, acredito que a colonialidade seria o lado mais branco da modernidade.

Antes de centralizando no conceito da palavra, é interessante os apontes históricos sobre a decolonialidade que o próprio Walter Mignolo (2017) traz em seu artigo “A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir”, segundo ele:

O projeto global ocidentalizado entrou em colapso no início do século XXI. Isso não significou o fim do Ocidente. Significou apenas o fim da ocidentalização em seu último intento: a globalização neoliberal. A ocidentalização do mundo não é mais possível...Ao contrário, as pessoas começam a reexistir. Isso significa imaginar um modo de viver suas/nossas vidas em vez de dar nossos corpos e nosso tempo a corporações, nossa atenção e nossa inteligência à insuportável mídia dominante, e nossa energia aos bancos, que estão constantemente nos assediando para obter créditos e pagar juros elevados (...). Esses projetos foram análogos ao crescimento da decolonialidade subsequente à Conferência de Bandung, em 1955. Isso significa que a decolonialidade emergiu após o colapso da União Soviética, demarcando-se em relação à descolonização. (MIGNOLO, 2017, p. 05)

Para o autor, a decolonialidade se iniciou a partir das resistências de grupos sociais, de países se aliado a outros, de várias obras escritas por acadêmicos e pesquisadores, juntos estes grupos formaram uma barreira de concreto entre o sistema ocidentalizado de um lado e do outro um novo modo de vida sem a participação de ocidente. E estas construções tiveram respostas na história global que fazem parte das RI, porque, esse sistema deixou de ser conduzido por atores de instituições ocidentais, sendo que tal escolha foi manifesta entre conflitos, como está descrito na citação do autor (MIGNOLO, 2017).

Sendo assim, o autor afirma que a decolonialidade não é mais referente aos aspectos de descolonização, como era usada durante a Guerra Fria, e sim ela torna-se um “projeto de conservadorismo desobediente. O conservadorismo desobediente decolonial é a energia que gera o ódio dignificado e a cura decolonial, e seus principais objetivos são desvincular-se para reexistir, o que implica em se vincular novamente com os legados que se quer preservar, a fim de engajar-se em modos de existência com os quais as pessoas querem se engajar (MIGNOLO, 2017).

A desobediência está justamente explicada no sentido e nas várias formas que manifestam o reexistir direcionado ao lugar em que o indivíduo pode preservar suas histórias nos locais onde a mesma foram negadas, diminuídas e demonizadas nas narrativas da modernidade ocidental. Ou seja, a decolonialidade nos permite falar sobre raça, racismo, xenofobia, machismo, etc., nas RI, nesse caso, podemos falar de aspectos a partir de nossas vivências e experiências com recorte de classe, raça e geográfica. Esse movimento nos desloca das perspectivas eurocêtricas e por isso nos torna em desobedientes no campo epistemológico.

Por exemplo, Mahatma Gandhi [1869-1948], mostrou o caminho ao povo indiano, mediante uma desobediência ideológica, pois, ele ensinava aos indianos, que é desnecessário dizer que o Estado, as corporações e os bancos não seriam a favor de que as pessoas assumissem o controle de seus



próprios destinos. Entretanto, e isso é crucial, não pode haver um único plano diretor decolonial, e neste caso, isso seria excessivamente moderno, eurocêntrico, provinciano, limitado e ainda universal demais. (MIGNOLO, 2019, p. 07). Assim, ele afirma que a decolonialidade “funciona com base na pluriversalidade e, na verdade, plural, e não na universalidade e em uma verdade única. Como mencionado acima, os primeiros movimentos da decolonialidade devem ser os da desvinculação. Em segundo lugar, ela deve trabalhar pela re-existência, que é algo diverso de resistir.

Nesse sentido, para os autores Bernadino-Costa e Ramón Grosfoguel que em vez de direcionar nossas pesquisas a uma única modernidade, sendo esta centrada na Europa e imposta ao resto do mundo como um desenho global, devemos enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que partam do sul global, escuta-dos não apenas aqueles que se encontram geograficamente ao sul, mas aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade (BERNARDINO-COSTA & GROSFOGUEL, 2019). Sendo assim, a MCP, que sustenta a padronização de um único modelo centralizado na sustentação do poder nas RI, é aos poucos enfraquecido. Sendo assim, é importante trazer esses olhares decoloniais para a ruptura da MCP nas RI, e o pensamento de Lélia Gonzalez embarca nesse objetivo.

Pensar amefricanamente significar escrever, ensinar e descolonizar as epistemologias com a amefricanidade de Lélia Gonzalez

Na obra de Montaigne intitulada “Dos Canibais” (1533-1592 [2009]) o autor ocidental, usa o termo canibais para diferenciar os europeus dos indígenas, já os bárbaros eram os gregos e outras nações estrangeiras. Ou seja, percebe-se a necessidade de outras categorias, narrativas e saberes para centralizar e construir outros conhecimentos. Nesse sentido, a amefricanidade, apesar de não ser o mesmo, dialoga conforme o que Quijano (2000), nos ensinou a ser “decolonialidade”, apontado ela como é desobedecer na tentativa de reexistir, a colonialidade que funda-se na invenção do outro” (QUIJANO, 2000, p. 12).

Sobre tal, os autores Blanco & Delgado (2019), mencionam que “problematizar questões-chave de modo diferente e entender um outro lado, muito frequentemente marginalizado e silenciado, de alguns elementos e processos basilares da realidade internacional” (BLANCO & DELGADO, 2019, p. 138). Isto é especialmente importante em processos que, ao invés de serem entendidos como fornecedores de um enquadramento para uma relação de poder. Consequentemente, além da colonização das Américas, percebe-se duas problematizações estruturais, as quais, precisamente por terem como centro a relação entre o Eu Europeu e o Outro Ameríndio (BLANCO & DELGADO, 2019. p. 138).

Nesse sentido, a amefricanidade é uma categoria, com potencialidade de abrangência política e cultural tanto dos africanos, trazidos à força, quanto os em diáspora e dos povos originários e dessa forma aproxima a estrutura social do Brasil com o continente africano. Por isso, a amefricanidade pode ser uma forma de desobediência. Sendo isso um caminho de libertação dos subalternos, esta é essencial para transcender a lógica meramente dualista, de complexidade (MIGNOLO, 2017). Amefricanizar, segundo o pensamento de Lélia, é uma forma de entender as relações raciais no Brasil, através da ressignificação do historicismo de resistências as transformando em atos de sobrevivência (GONZALEZ, 1988), que esteve presente e continuará indo muito além das fronteiras territoriais e marítimas, dessa forma, também podemos amefricanizar a disciplina de RI.



Para amefricanizar as RI devemos traçar alguns caminhos, o primeiro, partindo da ideia de que a dimensão desse pensamento centra-se no político-cultural, que ultrapassa as barreiras territoriais, linguística e ideológica e assim, constrói um entendimento mais profundo da América (GONZALEZ, 2021). Nesse sentido, a autora deseja trazer estes pontos, no caso, a cultura, política, espaços, língua e ideologia do outro não ocidental, por isso, o sentido de ultrapassar as barreiras territoriais, nos fazendo pensar sobre este contato com outros povos incluindo povos originários, africanos, indianos, mexicanos entre outros e assim se tornar desafio da normalização de incluir apenas o ocidente e os estadunidenses, assim a reitera que:

[...] há um processo histórico altamente dinâmico presente na amefricanidade que nos aproxima de outras categorias político-culturais e processos políticos internacionais. A dinâmica de que ela trata — adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas — é a marca do seu próprio pensamento. Enquanto redefinição conceitual, a construção de um pensamento feminista afro-latino-americano, que ela propõe, é fruto da combinação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, elaborada na amefricanidade, introduzindo a perspectiva de gênero. A situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais (GONZALEZ, 2021, p. 17).

O segundo caminho, é justificado no próprio sentido do termo amefricanidade (Amefricanity), como também, amefricanos, que podemos utilizar para nos meter aos negros de outras partes do mundo, já que ambos referem-se aos conhecimentos, organização social e práticas culturais desses negros. Evitando a utilização do termo ‘afro-americanos’, utilizado, dando o sentido de que todos os negros são dos Estados Unidos da América (EUA). O terceiro e último caminho seria de pensarmos, a amefricanidade, como forma de ultrapassamos as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta, como a autora menciona, a América na totalidade (Sul, Central, Norte e Insular) (GONZALEZ, 2021).

Dessa forma, a amefricanidade promove a descolonização das RI, já que unifica outras antologias, possuem as características no caráter geográfico, incorporação dos processos históricos, a intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) afrocentrada e a referenciação em modelos como: a Jamaica, akan, Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon (GONZALEZ, 2021). Desobedecendo às lógicas que são predominantemente com utilização racionalista, colonialista, capitalista, multipolar, hegemônica, ocidental, heterossexual, cristã e branca (GÓES, 2017; FONSECA, 2021). A amefricanidade é um caminho que também nos faz refletir sobre a questão do tráfico transatlântico dos negros africanos que justamente trazemos no início da introdução questionamentos sobre este ponto.

Ela nos faz pensar a América Ladina, como um grande campo etnogeográfico de referências, a partir de conhecimentos, oralidades, ancestralidades, danças, músicas criados por negros e negras (GONZALEZ, 2021). Este é outro ponto que problematiza o surgimento das RI, que a historiografia localiza o surgimento organizado na primeira metade do século XX. De maneira mais específica, existe uma espécie de “mito fundador” da disciplina de RI, que elegeu o ano de 1919, com a criação da Cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, como sua pedra fundamental. O período em que se institucionaliza a disciplina destina a entender o comportamento dos

Estados, tendo a guerra e a paz como seus temas centrais por excelência, que surge em um período marcado por grandes guerras e pela decadência dos impérios (ZUCATTO, 2020, p. 01).

Embora sejam espaços diferentes sociedades do continente, e de fato, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo nelas todas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições nas sociedades (GONZALEZ, 2021). E é um desafio, pensar nestes espaços que são o centro das RI, voltamos a pensar nas bases que os fomentam enquanto estrutura, que formulam: as diversas formas de “trabalhos” (escravatura, semi-servidão feudal, trabalho assalariado, pequena produção de mercadorias) organizadas pelo capital no mercado mundial com vista ao lucro.

Que possuem uma divisão internacional em centro e periferia, pautadas e organizadas em um sistema controlado por homens europeus de forma institucionalizada, hierarquia étnica e racial que privilegia povos europeus como também, uma hierarquia global que privilegia os homens em lugar das mulheres alimentando o patriarcado. O caminho da amefricanidade é uma proposta de projeto de libertação decolonial para rompimento das construções de fronteiras do internacional, das ideologias, e da colonialidade do poder, servindo também, para revelar novos olhares acerca da concepção de progresso com relação à construção da modernidade. (GONZALEZ, 2021; FONSECA, 2021; GROSGUÉL, 2010; QUIJANO, 2000; WALLERSTEIN, 1992)

Conclusão

A amefricanidade, trabalhada neste artigo enquanto ponto de descolonização de RI, estabelece-se no campo através do seu questionamento das estruturas de poder que pautam as relações da colonialidade em sua dimensão na contemporaneidade através da MCP. Por isso, é necessário centralizar a amefricanidade é uma categoria político-cultural, como forma de subverter essa lógica e promover a descolonização da disciplina. Por que, amefricanizar, representa dialogar com outras antologias que possuem as características no caráter geográfico, incorporação dos processos históricos, a intensa dinâmica cultural. Sendo isso a desobediência epistêmica, pois contrapõem as lógicas, que são predominantes, sob o sentido de racionalista, colonialista, capitalista, hegemônica, ocidental, cristã e branca. A amefricanidade é um caminho que também nos faz refletir sobre a questão do tráfico transatlântico dos negros africanos que justamente trazemos no início da introdução questionamentos sobre este ponto.

Dessa forma, a análise crítica da colonialidade presente neste trabalho contribui com o debate de que o processo político das relações internacionais é estruturado pelo ocidente, demonstrando que o pensamento da amefricanidade é necessária, pois serve como ferramenta de rompimento da colonialidade e assim inicia o processo para a descolonização na política internacional entre atores e comunidades. Embora sejam espaços diferentes sociedades do continente, e de fato, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo nelas todas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições nas sociedades. E que não deixa de ser um desafio, pensar nestes espaços que são o centro das RI, trazendo novas antologias e olhares para esse centro ocidentalizado.



Referências

- ACHARYA, Amitav. **Race and racism in the founding of the modern world order**. International Affairs 98: 1 (2022) 23–43; Published by Oxford University Press on behalf of The Royal Institute of International Affairs.
- BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. **Problematising the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics**. Contexto Internacional, v. 41, n. 3, p. 599-619, 2019.
- BERNARDINO-COSTA, J., GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016
- DU BOIS, Web. **Worlds of Color**. Negócios Estrangeiros, 1925, vº 3, 44-423.
- FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa Améfrica Ladina: o pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez / Orientador: Prof. Dr. Victor Coutinho Lage**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2021
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 127-167, 2007.
- MIGNOLO, D. Walter. **Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad, y Gramática de la Descolonialidad**. Buenos Aires: Edições del Signo, 2019.
- MIGNOLO, D. Walter. **Histórias Locais/Designs Globais - Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Fronteiriço**. Princeton: Princeton University Press. 2000.
- MIGNOLO, D. Walter. **Coloniality is Far from Over, and So Must Be Decoloniality**. Afterall journal, Londres, n.43, primavera-verão 2017, pp. 38-45. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/692552>>.
- MIGNOLO, D. Walter. **COLONIALIDADE o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 32 nº 94 junho/2017. Traduzido por Marco Oliveira.
- MONTAIGNE, MICHEL DE, 1533-1592. **Dos canibais**. Michel de Montaigne; Plínio Junqueira Smith (org); Tradução e apresentação Luiz Antonio Alves Eva. São Paulo: Alameda, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. Em E Lander (ed), La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, 2000: CLACSO, pp. 201-246.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e Modernidade/Racionalidade**. Estudos Culturais- 2007 (2-3): 168-178.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- ROBERT, Bernasconi, **‘Who invented the concept of race? Kant’s role in the Enlightenment construction of race’**, in Robert Bernasconi, ed., Race (Oxford: Blackwell, 2001), pp. 11–36.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. 2021

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. Raça e Classe**. (5): 2, nov./dez. 1988.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Candido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GÓES, V.S.S. **Colonialidade do saber nas Relações Internacionais**: um debate epistêmico. Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 1, n. 1, 2017.

GROSFOGUEL, R. **A virada decolonial epistêmica**: além dos paradigmas político-econômicos. Estudos Culturais 21 (2): 211-223. 2007

SANTOS, Erica Paula de Vasconcelos dos. **A linha de cor é o fio de ouro**: o papel da raça e da escravidão na formação do sistema internacional moderno. 2023. 22p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Relações Internacionais)- Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/15c6a4a8-16f1-461b-96eb-9931826b737e> . Acesso em 7 jul 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **La creación del sistema mundial moderno**. In: BERNARDO, L. Un mundo jamás imaginado. Bogotá: Editorial Santillana, 1992. WALLERSTEIN, Immanuel. World-System Analysis: The Second Phase. Review, XIII, 2, 287-93, Spring, 1990.

ZUCATTO, Giovana E. **Estado, Raça e Racismo**: as relações internacionais revisitadas. Texto trata-se de um manuscrito de capítulo de livro a ser publicado sob organização de Flávia Rios, Luiz Augusto Campos e Raquel Lima, 2021-17p.